

3

Discurso na cerimônia de assinatura de medida provisória sobre fundos constitucionais

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE JANEIRO DE 2000

Senhor Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra; Senhor Ministro da Fazenda, Pedro Malan; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores de Sergipe e do Rio Grande do Norte; Senhores Líderes, Senhores Parlamentares; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

Hoje é dia 13 de janeiro de 2000. Há um ano, 13 de janeiro de 1999, a economia do nosso país sofria uma modificação que não foi propriamente definida a partir de considerações nossas, mas imposta pelas conseqüências de crises sucessivas no plano internacional. Naquele janeiro do ano passado, e não sem razão, as apostas eram muito contraditórias, para não dizer que se somavam no lado do pessimismo.

Poucos podiam imaginar que o Brasil, um ano depois, tivesse conseguido não apenas voltar a ter mais do que esperança, mas ter já dado passos concretos na direção do crescimento econômico, tivesse sido capaz de controlar a inflação, e também voltasse a ter uma situação de respeito em nível internacional.

Hoje, mais uma vez, podemos verificar o quanto as nossas potencialidades passaram a ser, já, realidades.

Não é qualquer país que sofre um processo de desorganização da sua economia, em função de pressão externa, que sofre seguidos ataques especulativos, que é obrigado a desvalorizar sua moeda em uma proporção jamais pensada e que continua firme no caminho do progresso.

Isso se deve a esse povo, que não desanima, e se deve à dedicação de muita gente que trabalha, a despeito de tudo, quaisquer que sejam os prognósticos, para que o Brasil cumpra o seu caminho, que tem que ser um caminho de prosperidade e para que essa prosperidade não seja apenas para um segmento da população.

Foi um ano duro, como tenho repetido, mas foi também um ano em que o Brasil se sentiu mais forte, porque viu que é capaz de enfrentar os desafios e de ganhar, apesar de todas as dificuldades.

O fato de termos conseguido retomar o caminho do crescimento é um fato muito positivo e, hoje, indiscutível. Os brasileiros e as brasileiras entenderam aquilo que o Ministro Fernando Bezerra acaba de reafirmar e que é função, é tarefa, é compromisso do meu governo: o controle da inflação é fundamental para que os mais pobres não sofram e também para que o Estado e o empresariado não soçobrem em função de borrascas, que, essas sim, são difíceis de conter. Isso foi muito importante.

Hoje, existe a compreensão da sociedade brasileira do porquê dos sacrifícios, do porquê de tomadas de decisões que, muitas vezes, em um primeiro momento, são duras, quase sempre impopulares, e qualquer pessoa que tem o sentido da dignidade da pátria as toma com tranqüilidade, desde que esteja convicta, como estávamos e estamos, de que esse é o caminho certo.

Agora, no início deste ano 2000, já podemos ver que o Governo está se consagrando não apenas – e vai continuar – ao equilíbrio fiscal, não apenas ao controle da inflação, não apenas a honrar seus compromissos internos e externos. Diga-se, de passagem, que, nos compromissos externos, com o apoio que tivemos, de cerca de 41 bilhões de dólares, não os tomamos, tomamos menos da metade disso e já pagamos uma parte substancial daquilo que tomamos em-

prestado. É um país que começa a reorganizar a sua sociedade e a sua economia para ter um crescimento sustentado.

Faz pouco tempo, emiti uma medida provisória – e o Congresso Nacional a está discutindo – a respeito do Refis, que é muito importante para a reorganização das empresas. Expandimos aquilo que também é muito importante: o Pronaf. Estamos seguindo com os programas de apoio ao microcrédito. Estamos ampliando os programas de apoio à exportação. Estamos renegociando com os governos, como já o fizemos. Graças à cooperação prestada do Congresso Nacional, ainda ontem, com a aprovação da nova forma de desvinculação das verbas federais, vamos ter recursos – é questão de poucas semanas, quando o Congresso terminar a aprovação dessa matéria – para honrar os compromissos com os governos dos estados e com os municípios no sentido não só da Lei Kandir, mas também de desonerar os estados e os municípios do que foi o FEF. E, agora, com mais ênfase, estamos nos voltando para a questão dos desequilíbrios regionais.

Desequilíbrios regionais que não são apenas de região, mas são desequilíbrios sociais dentro da região. Por isso mesmo, quando o Ministro Bezerra mencionou, aqui, a série de medidas que tomamos, mostrou que para o agricultor familiar, para o pequeno produtor rural o governo não foi tímido. Pelo contrário, foi ousado e definiu uma taxa de juros que supõe um certo subsídio, que será pago, naturalmente, pelo resto da sociedade. Portanto, pelos outros produtores também, porque não se faz benesse senão redistribuindo – não há outro caminho – e aumentando a produção, que é o melhor caminho de permitir que essas redistribuições sejam menos dolorosas para aqueles que são possuidores. Estamos, portanto, ao mesmo tempo, tomando medidas que beneficiam regiões, mas beneficiam, dentro das regiões, os mais carentes, os mais pobres, os que mais precisam.

Mudamos também o conceito – como disse o Ministro Bezerra – do rebate para um conceito mais positivo do bônus de adimplência. É possível compreender-se a inadimplência nos momentos de descontrolado inflacionário ou de descolamento entre a taxa de juros e as taxas de rendimento da produção, mas não é aceitável a inadimplên-

cia quando as taxas de juros voltam ao normal e quando não há mais o descasamento entre a produtividade e a dívida. Portanto, em vez de falar-se em rebate falar-se-á, num primeiro momento, de bônus de adimplência, porque o ideal mesmo será o dia em que o Brasil não precise de nada disso, em que a taxa de juros seja suficientemente normal, para que seja a mesma para todos, e para que seja suficientemente justa, para que não se precise premiar aquele que simplesmente cumpre o seu dever, que é pagar o dinheiro que tomou emprestado.

Numa economia sadia, isso vai acontecer. Numa economia sadia, nem sequer o argumento da desigualdade regional haverá de ser invocado porque ela não deverá mais existir, na forma que existe hoje, e, portanto, cada vez mais, a expressão da homogeneidade, da igualdade, das oportunidades iguais será a própria taxa de retorno dos recursos que são emprestados.

Não se trata, portanto, de alguma coisa para beneficiar quem não paga, mas para beneficiar quem está pagando porque se reconhece ainda que existe um momento de ajustamento entre o descontrole inflacionário e descontrole das taxas de juros e o rendimento da produção. É preciso que, progressivamente, a mentalidade dos nossos empresários – aliás, de todos nós – se ajuste à idéia de que é preciso pagar aquilo que se toma emprestado porque não haverá também uma taxa de juros que é impagável, pois quando ela é impagável aumentam apenas o débito e as confusões crescentes que daí derivam.

O governo está, portanto, assumindo, com determinação, a sua cota de responsabilidade, inclusive no que diz respeito aos efeitos não esperados, mas que ocorreram, de políticas financeiras, muitas vezes, até, de governos anteriores, que afetaram o setor produtivo. Portanto, cabe ao governo reparar esses desequilíbrios e fazer, como estamos fazendo hoje, um grande esforço para que se torne viável o pagamento das dívidas que ocorreram. A decisão, que não é nunca fácil, de transformar as taxas de juros em juros fixos é uma decisão necessária mas corajosa.

Eu me recordo de que, algum tempo atrás, o Ministro da Fazenda – era o Ministro Pedro Malan, como sempre foi neste governo – estava

presente e havia que se tomar uma decisão muito arriscada, que era a taxa de juros para a agricultura. Fizemos uma redução forte daquela taxa de juros e, por uma decisão minha, se fixou – naquele tempo, isso era baixo – em 16% ao ano, como taxa fixa. Havia muitos temores de todos nós sobre as conseqüências da decisão. A prática mostrou que as conseqüências foram positivas. Por quê? Porque a economia continuou sob controle e a taxa de inflação continuou baixando.

Então, ao tomar a decisão que estamos tomando hoje, de tornar fixas as taxas de juros, estamos dando um voto de confiança na condução da economia brasileira pelo Ministro Pedro Malan e no empenho do Governo em manter a economia sob controle, até porque existe uma cláusula de correção: se houver uma variação na TJLP de um percentual para cima ou para baixo, o governo terá os mecanismos de ajustar a taxa de juros. Mas estamos confiantes de que o ajuste, se vier a ocorrer, será para baixo, porque estamos confiantes de que vamos seguir adiante – com a prudência necessária, mas com a coragem que também se impõe – com a política de redução progressiva das taxas de juros.

Haverá o dia em que o Brasil verá que a taxa de juros Selic há de ser mais baixa que a TJLP, que é a taxa de juros de longo prazo, porque é uma inversão da normalidade imaginar que, no curto prazo, se pague mais de juros do que no longo prazo. Em qualquer economia sadia, é o contrário: quando alguém toma pelo longo prazo, aquele que, para casar o *funding*, deposita o dinheiro no longo prazo, espera um rendimento um pouco mais alto do que aquele que toma no curto prazo. O sinal de que ainda temos alguns sintomas de febre na nossa economia é que aqui, ainda, a taxa Selic é mais alta que a TJLP.

Não estou dizendo isso para imaginarem que a TJLP vai subir. Estou dizendo outra coisa: para imaginarem que, no longo do tempo, haverá uma inflexão da Selic, mesmo que a TJLP continue também baixando, a Selic haverá de baixar mais rapidamente do que a TJLP. São considerações talvez ainda utópicas, se se olha para a semana que vem, para o ano que vem, mas são expectativas de quem vê o Brasil a médio e longo prazos e de quem não se deixa abalar pelas

circunstâncias momentâneas e também não cede a pressões imediatas, porque tem que olhar para o futuro, pois o nosso compromisso é com o futuro.

De qualquer maneira, as decisões aqui tomadas, hoje, e o fato de o Ministério da Integração Nacional, em tão curto espaço de tempo, ter demonstrado a capacidade de colocar essas questões e de termos enfrentado a questão dos fundos constitucionais – e haverá muitas outras medidas de que os senhores tomarão conhecimento posteriormente – de uma maneira que vai tornar mais racional a utilização desses recursos – uma dessas maneiras foi aqui mencionada pelo Ministro e diz respeito à possibilidade do financiamento de infra-estrutura também privada, com recursos dos fundos constitucionais –, além de outras inovações que estamos introduzindo, vão mostrar a serventia do Ministério da Integração Nacional e a capacidade que tem tido o Ministro Fernando Bezerra de convencer o Governo na direção de mudanças importantes.

Esses fundos servem a regiões muito díspares: ao Centro-Oeste, que é, talvez, a região que mais depressa está crescendo no Brasil; à Amazônia, que tem suas peculiaridades; e ao Nordeste. São, portanto, regiões muito diferentes. Vamos avançar também na definição dos órgãos regionais, tomando em consideração essas peculiaridades e tornando-os mais aptos a corresponderem ao momento que vive o Brasil de hoje, que é bem expresso pelo mesmo título do Ministério cujo titular é o Doutor Fernando Bezerra: Ministério da Integração Nacional.

Não se trata mais de uma visão de uma região. Porque o Brasil tem o seu mercado unificado hoje e porque o Brasil, hoje, está tentando unificar o mercado sul-americano. Não pode, portanto, conceber o processo de desenvolvimento como se fosse um processo desintegrado, na região tal, na região qual. Tem que ser um processo integrado de desenvolvimento. E é essa a função desse Ministério, que não é o Ministério do Nordeste, que não é o Ministério da Amazônia, que não é o Ministério do Centro-Oeste. É de Integração Nacional, que estará atento à metade sul do Rio Grande do Sul, que necessita de um olhar mais persistente e mais combativo, do ponto

de vista da União, porque sofre certos problemas específicos; que terá que olhar, mais tarde, certas regiões do meu Estado de São Paulo, que são regiões também deprimidas, como o Vale do Ribeira, para que possamos, efetivamente, ter uma visão que não seja meramente local, mas que seja efetivamente nacional. E, sendo nacional, uma visão que não contempla a desigualdade, portanto, que não pode aceitar os níveis de desigualdade nem sociais nem regionais que prevalecem, infelizmente, ainda hoje, mas que estamos mudando, e mudando com decisão.

Quero finalizar agradecendo a presença de tão expressivas lideranças políticas, de governadores, de parlamentares, de empresários, de pessoas vinculadas às regiões, aos bancos, ao Banco do Nordeste, cuja ação tem sido muito efetiva no desenvolvimento do Nordeste, ao Banco da Amazônia (Basa). Estamos discutindo, agora, uma reformulação, que será, talvez, a primeira agência que nós vamos reformular – que é a Sudam –, e o Basa para dar um sentido mais acorde com a filosofia que foi expressa pelo Ministro Fernando Bezerra e reiterada por mim.

Quero agradecer a presença de todos. Desejar-lhes uma boa utilização das oportunidades que o governo está abrindo aos setores produtores. Desejar, sobretudo, que esses setores produtores compreendam, cada vez mais, os pequenos, os micros, os agricultores familiares, sobretudo, agora, este ano, que até na Paraíba começou a chover. Que as chuvas continuem, para que possamos, em vez de ter que destinar recursos de emergência para combater a seca, destinar, sim, os recursos para obras que não são de emergência, mas que são de consolidação da situação hídrica da região, sem mencionar os temas mais polêmicos. Todos sabem de que lado o meu coração bate, nesse tema. Vamos ter de enfrentar, com muita coragem, a questão hídrica do Nordeste, e o Ministro Fernando Bezerra está totalmente empenhado numa definição que possa ser, ela também, nacional para a destinação do São Francisco, do Tocantins, dos rios, todos eles, que precisamos cuidar.

Muitíssimo obrigado a todos, e boa sorte.

